

LEI ORDINÁRIA Nº 394

de 12 de dezembro de 2001

**"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CHAPADÃO DO SUL - MS, para o exercício de 2002".**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no
uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e
ele sanciona e promulga a seguinte LEI:*

Art. 1º - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Chapadão do Sul - MS (IPMCS), para o exercício financeiro de 2002, estima a receita e fixa a despesas em igual valor de R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES R\$ 650.000,00

-Receita de Contribuições

-Receita Patrimonial R\$ 50.000,00

-Receita Industrial R\$ 0,00

-Transferências Correntes R\$ 0,00

-Outras Receitas Correntes R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 716.000,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

-Operação de Crédito R\$ 0,00

-Alienação de Bens R\$ 0,00

-Amort. De Empréstimos R\$ 100.000,00

-Transferências de Capital R\$ 0,00

-Outras Receitas de Capital R\$ 0,00

TOTAL R\$ 100.000,00

TOTAL RECEITAS R\$ 816.000,00

Art. 3º - A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais), importando o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil e reais).

Art. 4º - A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA

DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA

-Despesas Correntes R\$ 305.000,00

-Despesas de Capital R\$ 511.000,00

-Reserva de Contingência R\$ 0,00

TOTAL R\$ 816.000,00

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964;

II - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I - para atender despesas com pessoal e com encargos sociais;

II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;

III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Art. 7º - Esta LEI entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 12 de Dezembro de 2001.

JOÃO CARLOS KRUG
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 394/2001 - 12 de dezembro de 2001

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em